

Ética x política

Durante o Renascimento, aproximadamente do século XIV ao XVII, embora a população europeia em geral ainda se mantivesse bastante ligada à concepção medieval da religião cristã, intelectuais humanistas defenderam uma nova mentalidade, que teve impacto sobre a concepção de política. Para isso, retomaram o estudo de obras da Antiguidade Clássica, em vez de recorrer a obras posteriores a elas que as interpretavam segundo a perspectiva cristã. Nesse contexto, surgiram críticas ao modelo político medieval, em que o papa e o imperador eram os elementos centralizadores do poder, o que contribuiria para a futura criação de Estados monárquicos unificados, organizados como instituições **laicas** e autônomas.

No início desse processo, ainda que diversos pensadores políticos recusassem a concepção de que os governantes eram predestinados por Deus, a ideia de que os governos deviam se adequar às leis divinas ainda preponderava: o príncipe virtuoso e justo continuava representando um ideal a ser buscado. Sendo assim, os laços entre a ética e a política permaneciam sólidos na visão dos representantes da nova mentalidade, muitos dos quais escreveram obras de aconselhamento para os príncipes, nas quais discutiam sobre a postura que eles deviam adotar em relação aos súditos e ao poder. Todavia, em 1513, a obra *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, abalou alguns desses pilares da tradição ocidental: a concepção de política entrelaçada à ética e o modelo do príncipe virtuoso, responsável pelo bom governo. Como outras publicações renascentistas, ela aconselhava o príncipe sobre a melhor conduta para governar, mas inovando muito nos conselhos.

Com base nos estudos da História e de sua experiência como diplomata – em uma Itália dividida, sob disputas e invasões –, Maquiavel propôs-se a falar da política real e não da ideal. De acordo com essa intenção, ele negava que a origem dos Estados efetivos estivesse na vontade divina ou em uma natureza humana voltada à justiça e ao bem comum. Dizia, ao contrário, que os Estados nasciam da oposição entre os grandes, que desejavam dominar, e o povo, que desejava não ser dominado. Afirmava, ainda, que, mesmo diante dessa oposição, a unidade social poderia ser estabelecida por meio de um poder maior que administrasse o conflito sem, no entanto, eliminá-lo. Nesse contexto, toda ação do príncipe tenderia a contrariar um dos lados da disputa, o que exigiria o uso da força e um novo tipo de virtude, propriamente política, a *virtù*.

Maquiavel caracterizava a *virtù* como a capacidade de bem aproveitar a fortuna (sorte), ou seja, de perceber e utilizar, ou mesmo de criar, a ocasião favorável à realização dos verdadeiros fins políticos: a conquista e a manutenção do poder. Esse pensador não via contradição entre a virtude política e a fraude ou a mentira. Afinal, segundo ele, a história mostrava que os príncipes realizadores dos maiores feitos foram aqueles que usaram a palavra com ligeireza, sabendo enganar e triunfar sobre os que se pautavam pela honestidade. Além disso, Maquiavel não se ateu ao princípio do direito divino de governar. Segundo ele, qualquer tipo de governo que estivesse a serviço do povo seria legítimo, ao contrário daqueles em que os grandes conseguissem esmagar o povo com um poder maior que o do governante. Sendo assim, ele aceitava a formação de novos principados, por meio da conquista de quem soubesse fazer bom uso da *virtù* e da fortuna, as quais também seriam necessárias para saber mantê-los.

A RODA da fortuna. Século XII. Iluminura da obra: LANDSBERG, Herrade de. *Hortus deliciarum*. Biblioteca Nacional da França, Paris.

■ A roda da deusa Fortuna é uma representação clássica para as mudanças da sorte humana. A imagem mostra seu movimento, no qual o indivíduo se eleva e cai novamente. No lado esquerdo da roda, perto da Fortuna, que a move, encontram-se dois personagens em ascensão, que representam o estágio: "eu devo reinar". O que aparece no alto da roda, com a coroa que simboliza o reinado, representa o estágio seguinte: "eu reino". O próximo personagem, iniciando a queda, representa o estágio: "eu reinei", sendo sucedido pelos que, sem a coroa, na parte inferior (à direita e ao centro), representam o estágio: "eu não tenho reino". Sua queda simboliza a condição daqueles que perderam completamente os favores da Fortuna.

laico: não eclesiástico, não pertencente à Igreja.



Biblioteca Nacional da França, Paris/Wikimedia Commons

No pensamento de Maquiavel, o príncipe não precisava ser amado para manter o governo: precisava ser temido, mas sempre evitando ser odiado. Afinal, ele governaria entre conflitos, exercendo poder sobre pessoas reais, cuja natureza não se mostrava boa e virtuosa como descrevia a tradição. Nesse contexto, as virtudes pessoais e cristãs poderiam enfraquecer o príncipe e, portanto, a ordem social. Por esse motivo, o governante deveria aprender a não ser bom, quando isso fosse necessário, mas deveria aprender também a **simular** virtudes não políticas (as virtudes éticas) e a **dissimular** seus atos detestáveis, evitando assim o ódio popular. Somente dessa maneira, agindo com a “força do leão” e a “astúcia da raposa”, ele realmente protegeria o poder da influência de interesses dos grandes (os poderosos locais) e dos estrangeiros.

De acordo com Maquiavel, o governo representava a ordem social e o bem político do povo. Isso tornava o governo um fim supremo, justificando o uso de todos os meios que se fizessem necessários para mantê-lo. Esse princípio ficou conhecido pela frase “os fins justificam os meios” e resultou no uso do termo “maquiavélico” para descrever atitudes dissimuladas e antiéticas.



BUSTO de Maquiavel. Palazzo Vecchio, Florença.

- A obra de Maquiavel “desatou o nó” que unia a política (pública) e a ética (individual) na mentalidade dos pensadores que o antecederam.



Para ler e refletir

O texto a seguir revela o contraste entre as concepções políticas de Maquiavel e a tradição que o antecedeu. Os conselhos apresentados ao governante podem esclarecer por que a obra *O príncipe* causou tanto escândalo entre os contemporâneos do autor.

Resta analisar agora como um príncipe deve comportar-se com seus súditos e com seus amigos. Como muita gente já escreveu a respeito, duvido que não me considerem presunção tal exame, ainda mais porque, ao tratar desse tema, não me afastarei demasiado dos princípios que outros estabeleceram. Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginaram repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais. Tamanha diferença se encontra entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz, aprendem antes a própria derrota do que sua preservação; e, quando um homem deseja professar a bondade, natural é que vá à ruína, entre tantos maus.

Assim, é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade.

Assim, pondo de lado as coisas que se ignoram em relação aos príncipes, e falando sobre as que são reais, digo que todos os homens, em particular os príncipes, por se encontrarem mais no alto, ganham notabilidade pelas qualidades que lhes proporcionam reprovação ou louvor. Ou seja, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis [...]; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces, alguns como cruéis, outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e covardes ou truculentos e corajosos; humanitários ou arrogantes; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou fracos; sérios ou levianos; religiosos

pródigo: aquele que esbanja suas propriedades.
rapace: que rouba, que é ávido por lucro.

perjuro: que jura com falsidade.
lascivo: aquele que se inclina e se entrega aos prazeres.

ou incrédulos, e assim por diante. E sei que qualquer um reconhecerá ser digno de louvor o fato de um príncipe possuir, entre todas as qualidades mencionadas, as consideradas boas; mas a condição humana é tal que não permite a posse total de todas elas, nem mesmo a sua prática consistente; é mister que seja o príncipe prudente a ponto de evitar os defeitos que lhe poderiam tirar o governo e praticar as qualidades que lhe garantam a posse, se possível; se não puder, com menor preocupação, deixe que as coisas sigam seu curso natural. E não se importe ele sujeitar-se à fama de ter certos defeitos, sem os quais lhe seria difícil salvar o governo, porque, levando em conta tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se praticadas, conduzi-lo-iam à ruína, e outras que podem se assemelhar a vícios e que, observadas, trazem bem-estar e segurança ao governante.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: _____. *Maquiavel*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 99-100. (Os pensadores). cap. XV

Neste novo trecho de *O príncipe*, Maquiavel fala sobre a importância da simulação e da dissimulação para o êxito do governante. Nesse contexto, cita o leão e a raposa como metáforas para a força e a astúcia, características que o governante deveria apresentar para manter-se temido, sem ser odiado pelo povo.

Deveis saber, assim, que dois modos há de combater: um pelas leis; outro, pela força. O primeiro é natural do homem; o segundo, dos animais. Todavia, como em muitas ocasiões o primeiro não é suficiente, mister se faz recorrer ao segundo. O príncipe, contudo, deve saber empregar adequadamente o animal e o homem. [...] Assim, uma vez que um príncipe se vê obrigado a bem valer-se da natureza da besta, deve tirar dela as qualidades da raposa e do leão, porque este não tem defesa nenhuma contra as armadilhas, e a raposa, contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas, e leão para atemorizar os lobos. Os que se servirem exclusivamente dos leões não serão bem-sucedidos. Por esse motivo, um príncipe prudente não pode nem deve manter a palavra dada quando isso lhe é nocivo e quando aquilo que a determinou não mais exista. Fossem os homens todos bons, esse preceito seria mau. Mas, uma vez que são perversos e que não a manteriam a teu respeito, também não te vejas obrigado a cumpri-la para com eles. Nunca, aos príncipes, faltaram motivos para dissimular quebra da fé jurada. Poder-se-iam dar incontáveis exemplos atuais disso, apontando quantas convenções e quantas promessas vieram a se tornar irritas e nulas pela infidelidade dos príncipes. Entre eles venceu aquele que melhor soube servir-se das qualidades da raposa. É preciso, todavia, disfarçar muito bem tal qualidade, e ser bom simulador e dissimulador. E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre achará a quem enganar.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: _____. *Maquiavel*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 109-110, cap. XVIII. (Os pensadores).

- Segundo Maquiavel, o príncipe deveria agir como o leão e a raposa, sendo importante simular virtudes não políticas e dissimular seus atos detestáveis. Afinal, para garantir um bom governo, ele deveria ser temido, mas não odiado pelos súditos.



pérfido: desleal, em que há traição.

irrita: sem efeito, sem validade, nula.

Filosofia